

PROFESSORES QUESTIONAM ATOS DO CONSAD

Reunidos no dia 28/5, os professores da PUC-SP criticaram as últimas deliberações do Conselho de Administração, Consad, sobre vagas remanescentes e corte nas horas concedidas a coordenadores e chefes de departamento. Para os docentes as medidas são extremamente danosas pois produzem prejuízos financeiros e afrontam parâmetros acadêmicos estabelecidos pelo MEC. A assembleia encaminhou para a redação de um documento, que foi lido no Consun,

analisando a atual situação (veja íntegra na página 3). Os professores resolveram marcar uma reunião na próxima quinta-feira, 6/6, às 17h30, na APROPUC para aprofundar a discussão.

Outra crítica levantada diz respeito às impugnações nas eleições gerais da universidade que mostraram uma face estritamente burocrática e limitadora de gestão, que relega para segundo plano todo o relacionamento acadêmico e comunitário que permeou a história da PUC-SP.

Consun também se posiciona contra deliberações

Os conselheiros do Conselho Universitário, Consun, em sua grande maioria, também se posicionaram contra a decisão do Consad, assinada pelos dois secretários-executivos e pela professora Anna Cintra. Ao final foi aprovada uma moção onde todos os questionamentos serão arrolados, esperando-se que a Fundação reveja sua posição.

Para o conselheiro Luiz Augusto de Paula, Tuto, que trouxe a posição da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, somente o número de alunos e professores não poderia se constituir em parâmetro para determinação de horas. Para o conselheiro esta atitude além de equivocada constitui-se em um desrespeito aos docentes. O professor indagou também se as horas administrativas dos secretários da Fundação São Paulo também seriam revistas. A professora Sandra Rosa Mraz, da Faficla, relatou a decisão do

conselho de Faculdade daquela unidade de escrever um documento posicionando-se sobre a questão. Segundo relato da professora alguns docentes sentiram-se enganados ao saber da mudança das atribuições de suas horas acadêmicos-administrativas depois de encerrado o prazo para inscrição de chapas. Já os professores Luiz Carlos Campos e Neide Nófis lembraram que a universidade vem se batendo para que a qualidade dos cursos seja mantida e a negação de uma deliberação do MEC (o mínimo de horas de coordenação previsto é 20), poderá causar rebaixamento na nota dos cursos.

Entre outros assuntos o Consun também decidiu a prorrogação do período eleitoral da Faculdade de Ciências Sociais (que não tem até o momento candidatos para a direção), e realizar uma sessão extraordinária no dia 5/6 para tratar das impugnações da Comissão Eleitoral.

AFAPUC realiza eleições nesta semana

Entre os dias 3 e 5/6 acontece a eleição para a renovação da diretoria da AFAPUC. Somente a chapa "AFAPUC de Todos" registrou sua inscrição. Ela é comandada por Francisco Cristóvão e tem como vice Benedito Arão dos Santos. O nome "AFAPUC de Todos", segundo a carta programa da chapa, "reflete os ideais de coletividade, pluralidade e diversidade que nós, candidatos, defendemos como princípios que norteiam as relações sociais e democráticas que permeiam a nossa sociedade". A chapa tem como plataforma de campanha a manutenção dos serviços prestados aos funcionários como: a vacinação contra gripe; campeonato de futsal (Saaesp/AFAPUC); passeio no aniversário da PUC-SP (Colônia de férias Saaesp); festa das crianças; festa de confraternização (Natal); assistência jurídica; jornal *PUCviva*; convênios nas áreas da (saúde, estética e lazer), assim como as eventuais promoções nas datas comemora-

rativas e demais serviços de mais variadas naturezas. Entre as atuais pretensões para o biênio 2013/2015, a "AFAPUC de Todos" tem por objetivo a melhora na qualidade dos serviços prestados; a inclusão de novas parcerias e "convênios"; a conquista do plano de assistência odontológica; divulgação e exploração da marca AFAPUC, bem como a intenção e viabilização de aquisição de sede própria da AFAPUC. Porém, seus integrantes lembram que "os esforços não são meramente exclusivos da futura Diretoria da AFAPUC, mas sim coletivos, o que requer uma participação mais efetiva dos funcionários, dialogando com seus pares e demais segmentos, pois só assim com o enfrentamento dessas questões junto à Fundação São Paulo, é que poderemos avançar no processo de uma PUC-SP mais humana e pluralista, preservando, desse modo, o diferencial que nos sucede".

A Chapa AFAPUC Para Todos

FRANCISCO CRISTÓVÃO

Presidente

BENEDITO ARÃO DOS SANTOS

Vice-Presidente

MONICA F. SOUZA SILVA

1º Secretário

FLAVIO LUIS NOGUEIRA

2º Secretário

NALCIR ANTONIO FERREIRA JR.

1º Tesoureiro

PAULO CESAR ALBANEZ

2º Tesoureiro

CONSELHO FISCAL:

1º Cleonice R. de Oliveira Duarte 2º Ricardo Neves de Oliveira 3º Célia Regina de Aro 4º Soraia Felix dos Santos 5º José Aparecido Zaneti 6º Emerson Aguiar Freitas

APROPUC envia carta à reitoria pela retirada do processo contra a professora Bia

A APROPUC solicitou uma audiência com a reitora nomeada Anna Cintra com a pauta específica de apresentar sua posição em relação ao processo político contra a professora, diretora da APROPUC Maria Beatriz Costa Abramides. Posição que expressamos em carta aberta reproduzida ao lado. Nesta solicitação indicamos duas datas como possibilidade de reunião. Na última 6ª feira dia 24/05 a reitora confirmou que nos receberia ao final da tarde. Qual não foi nossa surpresa quando chegamos para a audiência fomos recebidos apenas por dois de seus assessores, informando que a Reitora não estaria presente ao encontro. Nesta ocasião manifestamos nossos protestos e nosso desagravo frente à recusa em receber a associação, demonstrando com isso o pouco caso que faz com a representação dos professores. Expressamos que isso nunca ocorreu na história dessa universidade, quando a entidade sempre teve um espaço aberto junto às outras reitorias, independentemente de possíveis discordâncias. Que o conflito é parte da realidade e saber lidar com ele politicamente é fundamental para a garantia do exercício democrático na PUC-SP. Finalmente expressamos nossa posição colocada na carta de que não haja nenhuma punição/retaliação em relação à professora Maria Beatriz Costa Abramides. Entendemos que a posição da reitora em não receber a APROPUC revela, mais uma vez, um traço de gestão que não comporta vozes dissonantes.

Carta aberta da diretoria da APROPUC à reitora pela retirada do processo político instaurado contra a diretora Bia Abramides

A APROPUC há 37 anos tem sua história vinculada à história da PUC-SP. Esteve presente nos movimentos sociais que fizeram a história deste país. Tem participação na luta contra a ditadura militar, pela anistia ampla, geral e irrestrita dos militantes políticos, na campanha pelas eleições diretas e outros movimentos pela democracia. Tem sua luta vinculada à defesa dos interesses dos trabalhadores. Atualmente a APROPUC participa da rede de proteção aos militantes de movimentos sociais ameaçados de morte e de movimentos de apoio aos indígenas e povos da floresta expulsos de suas terras ancestrais pelo agronegócio, bem como se coloca em defesa da moradia, da educação e da saúde para todos.

A APROPUC, entidade de representação dos professores, fez parte do processo de reorganização sindical do país, como integrante da fundação da ANDES, liderou movimentos internos que transformaram o perfil desta Universidade, participando diretamente do processo de democratização, através da conquista de eleições diretas e paritárias para reitor e na defesa da autonomia universitária, além de conquistar o contrato de trabalho por tempo pela primeira vez em uma univer-

sidade privada. O Acordo Interno de Trabalho celebrado entre a APROPUC e a FUNDASP muitas vezes se antecipou nas conquistas posteriormente estendidas a todos os trabalhadores, como, por exemplo, a licença paternidade.

É nesse contexto que a diretoria da APROPUC atua ao lado de professores, estudantes e funcionários da PUC-SP e dos movimentos sociais que defendem as causas dos trabalhadores. Exatamente por isso, consideramos inadmissível o processo político instaurado pela Reitora contra a diretora da APROPUC, professora Dra. Maria Beatriz Costa Abramides.

A professora é reconhecida pela sua produção acadêmica e pela sua contribuição intelectual no campo crítico do conhecimento, desenvolvidas há mais de 30 anos na PUC-SP. A sua produção acadêmica tem se constituído numa referência na categoria dos Assistentes Sociais e seus esforços na produção teórica tem sido importantes para o reconhecimento e excelência do curso de Serviço Social desta universidade. A professora tem uma intensa inserção junto aos movimentos sociais e na trajetória de conquistas das categorias de professores e de assistentes sociais, em suas lutas por direitos, pela democracia e pela emanci-

pação humana, em consonância com as lutas travadas pela própria APROPUC, legitimadas pelas Assembléias de Professores.

No dia 27/02, como diretora da APROPUC, a professora Maria Beatriz Costa Abramides esteve presente no auditório 119A em que se realizaria a reunião do CONSUN para acompanhar os estudantes na atividade que realizavam como deliberação de suas Assembléias. Sua presença foi respaldada pela deliberação da assembleia dos professores, realizada no dia anterior, que decidiu dar apoio ao movimento dos estudantes em sua manifestação.

Em nome da liberdade de expressão e de manifestação garantidas constitucionalmente, dos princípios democráticos conquistados ao longo dos anos na PUC-SP e do direito de representação e livre organização, a diretoria da APROPUC vem se manifestar pela retirada do processo contra a representante eleita dos professores e diretora da APROPUC, professora Dra. Maria Beatriz Costa Abramides. Pelo direito à livre manifestação e à liberdade de expressão, prerrogativas fundamentais à existência de uma universidade, que nenhuma punição a ela seja aplicada.

Victoria Claire Weischtordt
Presidente da APROPUC

Mais apoios à professora Bia Abramides

Na última semana, a professora Bia Abramides recebeu mais apoios de professores e da sociedade civil à sua luta pela democracia na PUC e contra a criminalização dos movimentos políticos e sociais.

Segue abaixo a lista dos novos apoios.

Associação Homens do Mar - Bahia da Guanabara; Colegiado de Professores do Curso de Serviço Social - Faculdade Mauá; APEOESP-

-SC; Conselho Municipal de Assistência Social - Feira de Santana/ Bahia; Conselho Regional de Estudantes de Psicologia; Conselho Regional de Serviço Social - Rio de Janeiro; CRESS-RJ; Esquerda Marxista; Jornal Ama da Crítica; Juventude 5 de Julho; Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST); Movimento Paraisópolis Exige Respeito; Organización Razón y Revolución - Argentina Resistência Urbana; SINDPESCA

- Sindicato dos pescadores profissionais e artesanais RJ; Adalton Marques - Prof. de Sociologia e Política; Alair

- Profa. Ciência Política UFMT; Alan Ferreira - UFF; Ana Raquel Cerchiarri de Oliveira - APEOESP.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira, 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua João Ramalho, 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto de Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

Carta aberta da APROPUC ao CONSUN

As últimas medidas do CONSAD, em particular as medidas relativas às vagas do Vestibular de Inverno e a Deliberação nº02/2013 que regulamenta a Atribuição da Carga Horária Administrativa no Contrato Docente, demonstram como esse órgão vem se sobrepondo ao conjunto dos conselhos acadêmicos da universidade e de maneira autoritária e casuística tomando medidas que desrespeitam não somente decisões como a do último Conselho Universitário em relação ao vestibular, bem como deliberam sobre questões administrativas imputando-lhes uma concepção meramente burocrático- racionalizadora.

Ao longo dos últimos 40 anos desta universidade a sua excelência acadêmico-pedagógica foi conquistada pelo esforço dos docentes em dimensionar o que envolve o trabalho pedagógico de gestão e de como esse trabalho deve estar expresso em horas do contrato de forma a consolidar uma qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão. Quando, ainda nos anos 80, não se falava em gestão escolar numa perspectiva pedagógica de projeto, a PUC-SP já debatia a necessidade de ter o seu cotidiano organizado para além da sala de aula, expressando todos os elementos que faziam do trabalho escolar uma dimensão coletiva e democrática. Esta Universidade, na sua prática, negou os princípios tecnicistas-racionalizadores da organização do trabalho à semelhança fabril e mercantil na educação.

A deliberação do CONSAD nº02/2013, que Regulamenta a Atribuição da Carga Horária Administrativa no Contrato Docente, está pautada em uma visão eco-

nômico-financeira, racionalizadora e casuística - porquanto sequer esclarece o número de alunos para estabelecer certo número de horas administrativas -, que visa criar na PUC-SP uma administração à semelhança das escolas privadas de caráter mercantil deste país. Não só ignora todo trabalho que envolve a dimensão pedagógica da gestão acadêmica, bem como da mais um passo na direção da destruição da construção histórica da excelência desta Universidade.

Na continuidade desse processo é que se coloca hoje a regulamentação das vagas para o vestibular, no qual o critério único e exclusivo de ingresso na universidade passa a ser a capacidade financeira dos estudantes que aqui pretendem estudar. Isto é, numa universidade em que se pratica em média mensalidades no valor de R\$1.400,00 e se tem em conta, para abertura das vagas, unicamente o critério da chamada "expectativa de ingresso"; pautada exclusivamente nos dados internos dos vestibulares anteriores sem qualquer avaliação da realidade social brasileira, de sua juventude empobrecida evidencia-se uma opção, já apontada em outros momentos históricos pela Igreja Católica, em estar formando os filhos da classe dominante deste país. Este foi o papel histórico que a Igreja Católica sempre cumpriu, formar quadros católicos para estarem na direção do Estado e da Administração Pública.

Os anos 70 e 80 foram um desvio de rota que agora trata-se de retomar. Não é possível mais a PUC-SP ficar alheia à onda conservadora que assola as políticas públicas desse país, que dá migalhas aos pobres através do Estado mínimo e favorece, com suas políticas econômicas, o grande capital

na manutenção de suas altas taxas de lucro. O processo de privatização da educação, a mercantilização do ensino vem como parte dessa onda. A Igreja Católica Apostólica Romana faz parte desse projeto de internacionalização do grande capital e em suas escolas buscará adequar seu modelo para cumprir seus intentos.

A realização desse projeto na PUC-SP só será possível com o controle centralizado e autoritário de sua direção, diga-se CONSAD, órgão máximo de deliberação, palavra final na universidade, não importando discussões e decisões de outras instâncias, que passam a ter um papel meramente consultivo. Para isso é necessário restringir os precários limites da chamada democracia puquiã. O primeiro passo já foi dado com a indicação da terceira colocada pelo cardeal, desrespeitando a vontade geral da comunidade. Agora é preciso ter sob o controle a burocracia administrativa, para que não fuja dos limites impostos pelas novas regras. Inicia-se um processo de escolha controlada para os cargos administrativos, e para isso o estatuto está bem ajustado.

Não será mais possível aceitar qualquer transgressão. E o processo político instaurado contra a professora e diretora da APROPUC Maria Beatriz Costa Abramides é exemplar, serve de lição para qualquer um que se dispuser a contestar ou transgredir do campo burocrático instituído.

A liberdade de manifestação e expressão foram definitivamente violadas na PUC-SP quando os professores aceitaram a instalação desse processo contra um colega docente. Em outros tempos jamais se admitiria tal violência à vida acadêmica de uma universidade.

Por fim, é preciso aparar as

arestas: transformar radicalmente o contrato de trabalho, o que já vem sendo feito; enxugar os altos salários, o que já vem sendo praticado com tabelas salariais diferenciadas; submeter a todos à aceitação forçada de uma diminuição de horas contratuais e uma sobrecarga no trabalho. Mudar definitivamente o corpo docente desta universidade será o passo final para realizar o novo projeto da Igreja Católica em São Paulo para a PUC-SP.

Assim, as últimas medidas tomadas pelo CONSAD, à revelia de qualquer discussão nas instâncias da universidade, cria uma nova modalidade de demissões. Agora o serviço sujo de corte de horas dos contratos e demissões de professores ficará para ser feito nos departamentos. Com essas medidas as autoridades superiores da universidade dissimulam o processo demissionário.

Não podemos nos iludir. Não podemos aceitar isso. Temos de enfrentar corajosamente a grande emboscada que é esse projeto da Igreja Católica para a educação.

Se demos o nosso sangue, nosso suor e nossas vidas dentro desta Universidade, não podemos agora aceitar que nos arranquem daqui com a perda daquilo que constitui nossa dignidade, que é o trabalho como professores. Sob pena de ficarmos para a história como aqueles que contribuíram para reestruturar o projeto mercantil da Universidade Católica neste país.

A única forma de barrarmos esse processo violento de destruição do ensino, da pesquisa e da extensão na PUC-SP é nossa unidade em torno da APROPUC.

Diretoria da APROPUC

A NOMEAÇÃO DE ANNA CINTRA

Fomos tomados por um susto com a nomeação de Anna Cintra como reitora, em um momento em que as eleições transcorriam de forma monótona, uma eleição como outra qualquer. A decisão do Cardeal ligou o alarme de incêndio. Aquilo que ainda constituía a PUC-SP e a diferenciava das demais, o fato de ser uma instituição democrática e comunitária, estava se perdendo. Nesse contexto, por mais prejudicial que tenha sido a decisão do Cardeal, ela ajudou a criar esse alerta, a recuperar uma postura crítica até então apagada na universidade. Passado o momento de revolta, de resistência, que não foi contra a pessoa da professora Anna Cintra como tal, mas contra a ruptura da tradição democrática, a luta política agora se dá em outro campo. Por isso eu vejo que essas eleições, as primeiras eleições após a nomeação da Anna Cintra, são decisivas. São eleições de direções, chefias e coordenações, mas são decisivas porque abrem novamente um espaço de reflexão que foi obscurecido nos últimos meses.

Penso que agora é o momento de recuperar o debate sobre a participação comunitária nos assuntos da universidade.

Porém, o que me preocupa muito são certas decisões recentes que alteram não apenas as regras do jogo eleitoral. As eleições estão mantidas, o processo formal de escolha é assegurado, mas a instituição da universidade enquanto tal, seus órgãos de representatividade correm o risco de serem severamente atacados.

A decisão do Consad que

estipula uma carga horária flexível para coordenações e chefias de 5 a 20 horas, mantém formalmente estes cargos, mas afetará diretamente a existência e importância destas instâncias de representação. E quais serão os critérios dessas escolhas? É o número de alunos, é a rentabilidade? É o curso ser "pagável"? Serão critérios puramente mercantis?

Preocupa-me muito um Consad realizado a portas fechadas. Decisões como esta, dos contratos de coordenação e das vagas remanescentes, que alteram toda a estrutura dos cursos, vêm de cima e não passam por uma deliberação dos departamentos, ou melhor, rompem com estes espaços importantes de deliberação. Decisões fundamentais que

A CRISE DA PUC-SP

Jonnefer Barbosa



LU SUDRÉ

A questão principal é pensar a PUC-SP a partir de uma outra perspectiva que não a mercantil

Jonnefer Barbosa é professor universitário há oito anos e, desde 2009, atua como docente no departamento de Filosofia da PUC-SP. Como Mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, mudou-se em 2007 para São Paulo a fim de cursar o doutorado em Filosofia na PUC-SP, posteriormente ingressando nesta como professor. Doutor, ele ainda é considerado como auxiliar de ensino, mesmo passados os três anos de período probatório. Hoje ele discute a situação da universidade e especialmente a forma como são tratados os professores ingressantes.

estão sendo tomadas por órgãos blindados de qualquer debate comunitário. Por mais relevante que seja a crítica à hipertrofia política do Consad, sintomática da centralidade das questões administrativas e econômicas em desfavor do acadêmico, é ainda mais triste perceber que hoje suas reuniões são feitas a portas fechadas. Isso é prejudicial inclusive para Fundação. Um Consad aberto dá a oportunidade para que a comunidade possa ao menos opinar e sugerir, com subsídios e respaldos acadêmicos. Temos aqui pessoas com décadas de experiência universitária e que podem opinar em questões até mesmo administrativas. Agora, entende-se de modo arrogante que um conselho formado pela reitora e dois padres poderão decidir absolutamente tudo na universidade, e que não temos nada a contribuir.

Se o projeto que está posto é estruturar a PUC como universidade privada nos mesmos moldes de outras instituições mercantis existentes, esse projeto, mesmo em termos econômicos, é falho. Percebe-se hoje que há uma crise de demanda também nas demais universidades privadas. Seguimos para um ciclo de retração do "mercado educacional" após ápices de índices de procura. Então, mesmo

a Anhanguera, a Estácio de Sá, a Uninove, entre outras, encontram-se numa crise de superabundância de vagas ociosas na graduação e concorrências desmedidas onde precisam, no mínimo, dar respaldo acadêmico e um lastro de qualidade às suas atividades, até para possi-

continua na próxima página

continuação da página anterior

bilitar uma atuação mercantil no campo da pós-graduação.

Meu receio é que a Fundação São Paulo esteja apostando em um projeto que já se mostrou fracassado mesmo nas privadas, muitas delas de capital aberto, mantidas por grandes corporações financeiras. Se o embate é com estes adversários e a partir destes critérios mercenários, certamente perderemos.

SOBRE PLANO DE CARREIRA

Hoje o professor entra na universidade como auxiliar de ensino, independentemente da titulação. São três anos de estágio probatório que abrem a possibilidade de entrada na carreira. Porém, após cumprir com os três anos, a entrada na carreira fica condicionada à existência de vagas, que pode demorar décadas. É o que chamamos de "represamento". Isso afasta novos docentes qualificados, impossibilita que os cursos possam contratar professores com experiência e titulação para atuar diretamente na pós-graduação, impede o arejamento de ideias. A curto e a longo prazo, há uma espécie de gargalo na renovação dos quadros da universidade, que poderá levá-la a um aprofundamento da crise, uma espécie de metástase que atingirá de morte inclusive a qualidade acadêmica. Há na PUC-SP professores do antigo e do atual cargo de carreiras, que gozam de direitos como um salário adequado à titulação, participação em cargos de coordenação, chefia e direção, e um grande número de professores auxiliares de ensino que recebem hora-aulas muito abaixo de suas titulações. Cria-se uma subespécie de categoria que não é mais temporária, analisando-se pelas diretrizes da CLT, que realiza atividades equivalentes a de outros docentes com mesma titulação, que se submete às mesmas regras de produção acadêmica e excelência dos demais, porém é vista como um caso particular de "apátrida" dentro

de sua própria universidade. Sem qualquer previsão de inclusão. Isso abre espaço para que a universidade perca cérebros. Na Filosofia, nós tivemos nos últimos anos um número grande de professores que deixaram a PUC e foram para USP e para as universidades federais porque a PUC-SP não oferecia qualquer perspectiva de estabilidade e condições mínimas de trabalho. É uma estratégia velada de a Fundação fazer com que, antes de demitir diretamente, o professor se veja obrigado a se demitir "voluntariamente".

A PUC hoje já sofre uma carência de quadros intermediários. Mas também com falta de novos professores, pois o quadro docente não se renova. Quem fica aqui é por heroísmo. Em meu caso, se eu estivesse em qualquer outra universidade privada de São Paulo receberia muito mais que na PUC-SP. Quando optei por concentrar minhas aulas aqui passei a receber um salário muito menor. Mas ainda temos alunos com diferencial, há a história da instituição, um clima de convivência distinto. Quando medidas truculentas vindas de fora buscam alterar essa estrutura já frágil, isso causa uma revolta muito grande.

SOLUÇÕES PARA A CRISE

É preciso muita imaginação. A PUC-SP precisa de imaginação. Não se trata de um mero conflito com a Fundação, a crise da PUC-SP reside também na falta de ideias. Se esperarmos mudanças vindas da Igreja e da Fundação, essa universidade pode estar no caminho da vala comum. As mudanças têm que vir do amadurecimento político da própria comunidade, do interior do movimento estudantil, dos departamentos, e assim por diante. O problema é quando percebemos certas decisões que tentam impossibilitar esta mudança no cotidiano. Por exemplo, se essa decisão de limitar a carga horária das coordenações prosperar, ela atingirá o cerne da universidade, estaremos a um passo da figura dos "gestores" de

cursos, do mero "management".

É preciso repensar o Con-sun, também como espaço simbólico da autonomia da comunidade puquiana, recuperar a importância acadêmica do CEPE. E fazer também perguntas importantes como: que universidade queremos? Ou ainda, uma universidade tem que gerar lucro?

Uma universidade que pretende se pautar pela excelência não pode se sustentar apenas com a mensalidade de alunos. É papel da mantenedora articular formas alternativas de custeio. Acontece que há uma crise financeira, de cunho administrativo, que é transposta, de forma equivocada, para o âmbito acadêmico. É preciso pensar parcerias com os governos federal, estadual, municipal e com órgãos de fomento, projetos alternativos e sair das soluções simplistas do número de alunos em sala para oferecimento de turmas e do aumento de mensalidades. A crise econômica mundial nos mostra que apelar para a lógica do enxugamento e do arrocho só leva a um aprofundamento da crise. É preciso ampliar e não restringir.

Por exemplo, fechar uma turma de dez alunos porque ela não atende a um critério abstrato de número de alunos é uma estupidez numa universidade que hoje tem uma mensalidade caríssima.

A questão principal é pensar a universidade a partir de outra perspectiva que não a mercantil. Nós não somos, por princípio, contra a Fundação ou a Igreja, mas precisamos que eles entendam essa especificidade da nossa universidade. Hoje na pós em Filosofia temos alunos que vêm do país todo porque aqui é a PUC-SP. Implantar aqui um projeto de universidade enxuta e lucrativa, ao estilo da Fundação Getúlio Vargas ou FAAP é afastar o perfil de aluno que busca a PUC-SP por ela ser o que é. Ninguém procurará uma universidade limitada, com professores horistas, com departamentos simbólicos, algo que não vai se diferenciar muito de um colegião!

SOBRE PROCESSOS POLÍTICOS

Esse tipo de perseguição é uma demonstração cabal de um desentendimento, ou não compreensão, da especificidade de uma universidade. Por exemplo, penso que o caso da professora Bia Abramides, e dos alunos que estão sendo processados, são questões acadêmicas, de política acadêmica. A universidade não é um espaço povoado por meros autômatos cumpridores de ordens, a universidade exige o dissenso. Uma reitoria que trata de forma punitiva, disciplinar, essas questões não entende as singularidades do espaço acadêmico. Você pode até discordar da professora Bia ou da direção da APROPUC, mas não pode concordar que um professor, seja ele ou não representante de categoria, sofra com processos administrativos, por participar de uma manifestação pública. Vale lembrar que a ambígua acusação que respalda a sindicância, a infração de "contribuir ou influir para atos de indisciplina dos estudantes", trata de forma condescendente e autoritária os alunos, que seriam uma espécie de massa de manobra manipulada por professores com interesses escusos. Isso é uma ofensa à autonomia do movimento estudantil que tem um legado de lutas anteriores, uma história nessa universidade.

Gostaria que fosse salientada o quão simbólica será uma hipotética condenação nestas sindicâncias para a vida comunitária nos próximos anos. Será a institucionalização da gestão à base do porrete, da fuga ao debate e do medo.

A priori não sou contrário ao conceito de processo administrativo nos casos de violência, de preconceito, que devem ser apreendidos no interior da PUC-SP. Mas aquilo que é acadêmico tem que ser tratado de forma acadêmica. Isso, para mim, é um sintoma não só de intolerância, mas de incompreensão do que é a PUC-SP. Seria vital que a atual reitoria se colocasse diante dessas questões.

FALA COMUNIDADE

Comissão da Verdade é criada na PUC-SP

Simone Paz Hernández

No dia 10/5 passado, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo criou sua Comissão da Verdade, denominada "Reitora Nadir Gouvêa Kfourí" em memória e homenagem à reitora que dirigiu a PUC-SP durante os obscuros anos da ditadura.

Nadir foi a primeira reitora a ser eleita pelo voto direto de estudantes, professores e funcionários no Brasil, em 1980, nas primeiras eleições democráticas em uma Universidade, quando o próprio país sofria um regime ditatorial e democracia era só mais uma palavra quase abolida do dicionário. Na invasão que a PUC-SP sofreu no ano de 1977, a magnífica professora Nadir defendeu nossa Universidade e enfren-

tou pessoalmente o coronel Erasmo Dias.

A Comissão da Verdade tem como objetivo investigar e esclarecer as graves violações aos direitos humanos e à comunidade puquiã, ocorridas entre os anos de 1964 e 1988, em busca de justiça e de uma história que ainda precisa ser desenterrada, para assim constatar na memória do Brasil e no acervo digital que será criado e disponibilizado ao fim dos trabalhos. A Comissão também irá abordar as formas de resistência da PUC-SP, motivos pelos quais é lembrada com grande respeito até os dias atuais.

Os trabalhos da Comissão devem ser concluídos em um prazo de dois anos e o relatório final será encaminhado às Comissões Nacional e Estadual da Verdade.

Existem inúmeros fatos

históricos que envolvem a PUC-SP no período da ditadura, entre eles os mais conhecidos são a operação militar que invadiu e depredou a Universidade na noite de 22/9/1977 e o incêndio do TUCA. Já entre as ações de resistência temos a proteção que a Universidade concedeu a professores e alunos que sofriam perseguição política e que haviam sido expulsos das suas universidades de origem, e a realização da então proibida reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

A Comissão da Verdade da PUC-SP é composta por oito membros. São eles os professores Antônio Carlos Malheiros (Direito), Heloisa de Faria Cruz (História), Leslie Denise Beloque (Economia), Marijane Vieira Lisboa (Sociologia), Rosalina de Santa Cruz Leite (Serviço

Social), Salma Tannus Muchail (Filosofia); a consultoria da advogada Ana Paula Albuquerque Grillo (Arquidiocese de São Paulo e Fundação São Paulo) e a participação honorária do professor João Edênio dos Reis Valle (Ciências da Religião), que foi vice-reitor comunitário da Universidade durante a gestão da reitora Nadir Kfourí. Estudantes também poderão integrar a Comissão, colaborar com pesquisas e trabalhar em conjunto com os professores.

Na próxima quinta-feira, 6/6, será realizado um grande ato inaugural no TUCA, aberto ao público, com debates, entrevistas e a presença da imprensa para divulgação. Toda a comunidade puquiã é convidada a assistir.

Simone Paz Hernández é aluna da FEA

Serendipities

Atirou no que viu, acertou no que não viu

Jorge Claudio Ribeiro

Estou em viagem de estudos. Nova York, primavera, Columbia University (não sabia? No problem, não é sua obrigação). Bolsa Capes/Fulbright - eles dizem que ser fulbrighter é pra toda a vida (que nem torcedor do Flamengo).

Bom, uma das coisas gostosas de viajar é que você experimenta uma serendipity atrás da outra. Por estar no exterior, tomo emprestada a palavra que os nativos daqui usam e que os nativos daí traduzimos pelo termo "serendipidade". O significado dessa palavra, que meu

laptop se nega a validar, é feliz acaso, sorte inesperada. Houaiss a define como aptidão, faculdade ou dom de atrair coisas úteis ou de descobri-las por acaso. A palavra, e o conceito, foram cunhados no século 18 por um inglês, baseado no conto infantil persa "Os três príncipes de Serendip". Serendip era o nome do atual Sri Lanka, que já foi chamado de Ceilão e, pasmes, de Taprobana (por onde passavam os camonianos barões assinalados, com suas armas). Quer saber mais? Dá um Google nela.

A música popular registra várias serendipities. Aqui na West 95th Street, com frequência passo assobiando "alguém

sorriu de passagem numa cidade estrangeira" ou "fumabas unos chinos en Madrid... te vi, te vi, te vi... yo no buscaba nadie y te vi". E assim por diante.

A Bíblia tem um monte de serendipities, a começar... do começo! O Gênesis conta que, a partir do terceiro dia, antes o Senhor criava, depois contemplava sua obra e então - serendipity! - constatava que aquilo "era bom". No sexto dia, olhou para o conjunto da criação, Adão e Eva inclusive: então se surpreendeu, verificando que tudo "era MUITO bom". Bem mais tarde, o Mestre vivia aprontando serendipities, que o texto original denomina "sinais", mas há quem

chame de "milagres".

Comigo, nessa cidade, aconteceu de encontrar a Júlia, minha aluna de História, por duas vezes, primeiro no Metropolitan e, no dia seguinte, no Moma. Outra ocasião foi mais doída. Esperava o metrô quando vi uma jovem mulher, que me parecia vagamente familiar. Rodeei uma, duas vezes, até que os neurônios fizeram a sinapse: "Jimena?". "Que surpresa, professor Jorge!". Assim, com nomes e tudo. Ela foi minha aluna em 2001 e, por sinal, era uma espécie de miss Prainha (lembra

continua na próxima página

continuação da página anterior

dela?). Tomamos um café.

Minha serendipity mais recente ocorreu há três semanas, e foram duas. Era um sábado especialmente luminoso, primavera. Acho que já mencionei essa estação do ano. Inscrevi-me num tour pelo Harlem, guiado por um professor de História. Isso me interessa porque estou pesquisando Teologia da Libertação nos EUA, a começar pela experiência negra. Meio atrasada, chega uma morena. O encarregado dos tickets lhe pergunta o nome. "Aline" - não Eiline, nem Alaine: Aline, assim como você está lendo. Brasileira, na certa. Dei um tempo, andamos uns quarteirões, o grupo ouviu umas explicações do guia. Chego perto: "Que curso você está fazendo?". "Ah, você fala minha língua?". Claro, ué. A conversa avançou, descobri que somos cariocas, ela é doutoranda-sanduíche na Columbia, em antropologia e o tema é suicídio de jovens índios. Concluímos o tour, bem interessante. Nos despedimos. Aline foi ver a igreja Abyssinian, que já conheço, e caminhei pra outro lado. Aí, a segunda serendipity. Passei por um casal que participara do tour. "Brasileiro, é?". Ele havia ouvido nossa conversa em português e contou sua história, que passava pelo Brasil. "Quer ir na nossa casa? Moramos aqui perto e você pode almoçar conosco". Fui. Simon e Rosalía, ele americano judeu, ela mexicana católica, jornalistas e vegetarianos. Hambúrgueres de soja. Passamos a tarde inteira numa conversa agradabilíssima; depois, trocamos e-mails, ideias e dicas. Provavelmente nos encontraremos de novo. Tenho certeza de que outras serendipities virão, enquanto eu estiver aqui, até final de julho.

Na volta, conto assumir as aulas de Introdução ao Pensamento Teológico, disciplina que leciono na PUC-SP desde 1976. Provavelmente, será mais uma serendipity.

Jorge Claudio Ribeiro é professor do Departamento de Ciência da Religião.

Professores decidem pelo fim da greve na rede municipal

Os professores da rede municipal de educação de São Paulo decidiram, em assembleia em frente à prefeitura na sexta-feira, 24/5, encerrar a greve que se estendia por 22 dias. Os docentes terão de repor as aulas nos dias parados ou terão desconto na folha de pagamento. Desde o início da greve, foram perdidos 16 dias letivos.

A principal reivindicação da categoria era uma reposição salarial de 17%, referente a perdas da inflação desde 2011, além do acordo feito com a gestão Gilberto Kassab. A Secretaria Municipal da Educação garantiu apenas

a continuidade no acordo: um aumento de 10,19% em maio deste ano e outro de 13,43% previsto para o mesmo período de 2014.

Apesar de não ter conseguido o reajuste desejado, o presidente do Sinpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo), Cláudio Fonseca, considera que houve vitórias. "Quanto à revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos, o governo confirmou que os profissionais de educação não serão submetidos a índices de reajuste de 0,01% nas suas datas-bases. Nós partiremos de um patamar de 3,7%. E se

houver perda salarial durante a gestão, ela será recomposta na forma de reorganização dos quadros profissionais e das tabelas de vencimentos", afirmou.

De acordo com a Secretaria Municipal da Educação, está sendo negociado ainda um conjunto de dez propostas e programas de governo que incluem, entre outras coisas, a ampliação e melhoria do Programa de Educação Inclusiva na rede municipal, aumento do número de professores e servidores nas escolas e criação de um sistema de segurança escolar com a participação dos educadores.

Metroviários adiam paralisação

Os trabalhadores metroviários de São Paulo, reunidos em assembleia no dia 27/5, decidiram postergar a greve que havia sido anunciada para semana passada até segunda-feira, 3/6, com indicativo de paralisação a partir do dia 4/6.

A categoria rejeitou as propostas feitas pelo Metrô no Tribunal Regional do Trabalho, TRT, no mesmo dia da assembleia, mas votou pela continuidade das mobilizações até a nova audiência, quando eles esperam que as negociações possam avançar.

Durante a audiência, o

Metrô aumentou a proposta de reajuste salarial de 5,37% para 6,42% e também propôs reajuste de 13,62% para o vale-alimentação, 50% para auxílio-creche e 209,67% para auxílio-creche para filhos portadores de necessidades especiais, entre outros.

Na reunião, o TRT sugeriu à empresa que pagasse mais 1,5% de reajuste, a título de aumento real, chegando-se ao índice de 8,08%.

Até a assembleia do dia 3/6, os metroviários devem continuar trabalhando sem uniforme e com o colete da Campanha Salarial.

Estudantes chilenos realizam ato pela educação

Na segunda-feira, 27/5, os estudantes chilenos voltaram às ruas para protestar contra o ensino privado e reivindicar educação pública no país. Em 2011, a Confederação dos Estudantes do Chile (Confech) já havia organizado uma série de manifestações que tomaram o país, em protesto contra o modelo de educação privado do presidente Sebastián Piñera.

No ato, os manifestantes entregaram uma carta ao ministro da educação, Joaquín Lavín, na qual reivindicavam financiamento 100% público para educação No Chile, todas as instituições de ensino superior são de caráter privado ou público-privado.

ROLA NA RAMPA

Faculdade de educação organiza encontro



LU SUZRE

Mesa de debates sobre maioridade penal

Nos dias 27 e 28 /5, o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da PUC-SP promoveu o Encontro de Educação, que contou com discussões sobre a Mulher no mundo Contemporâneo, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e o rebaixamento da maioridade penal. A mesa sobre a redução da maioridade foi composta pelo Dr. Maurício Piragino (Coordenador da Escola do Governo), Marcos Miguel (Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), Madalena Grasco Peixoto (profª do curso de Pedagogia), com abertura do desembargador Dr. Antonio Carlos Malheiros e mediação

da profª Stela Graciane. Malheiros, que é contra a redução da maioridade penal, criticou a falta de políticas públicas efetivas e coerentes para a classes menos favorecidas da sociedade, pontuando que a redução da maioridade penal não pode ser um processo legislativo por ser uma cláusula pétrea à CF. Malheiros ainda comentou sobre as inúmeras falhas do sistema carcerário brasileiro, que não é preparado para receber menores infratores e proporciona o fortalecimento do crime organizado. "De redução em redução vamos acabar caindo na maternidade dos pobres", afirma o desembargador.

Museu da Cultura discute Maioridade Penal

No dia 4/6, às 19h30, o Museu da Cultura realiza um debate sobre a Maioridade Penal, assunto que vem sendo diariamente discutido pela mídia após diversos casos de crimes cometidos por menores de 18 anos. O debate terá a presença do Padre Júlio Lancelotti, do professor doutor Roberto Baptista Dias da Silva

(Faculdade de Direito), da professora doutora Maria Cristina Vicentin (Departamento de Psicologia) e do professor doutor Edson Passetti (Faculdade de Ciências Sociais). O evento acontecerá no pátio do Museu da Cultura, porém, em caso de chuva, será transferido para o auditório 239.

Estudantes participam do 53º Congresso da UNE

Diversos estudantes da PUC-SP viajaram para Goiânia no feriado de Corpus Christi para participar do 53º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes, entidade que se coloca enquanto representante do conjunto dos estudantes brasileiros. Após as eleições para determinar os delegados

da universidade, os membros das três chapas concorrentes se organizaram para o congresso, que acontece a cada dois anos e tem a presença de mais de 10 mil estudantes de todo o país, discutindo temas atuais que interferem na sociedade, como educação, transporte público, saúde e opressões.

Reitoria continua demitindo

Embora a Fundação São Paulo afirmasse que não aconteceriam demissões em massa, a Reitoria nomeada continua efetuando cortes entre funcionários. Desta vez a atitude obscurantista da reitoria recaiu sobre a chefe da Divisão de Comunicação Institucional, Eveline Denardi. Ela trabalhava na PUC-SP há 15 anos.

Formada pelo curso de jornalismo da casa, concluiu seu mestrado e doutorado na Faculdade de Direito. A reitoria, dessa forma, alegando mudança nos seus planos para a comunicação, agiu mais uma vez de forma unilateral e autoritária, ignorando do diálogo proposto no início do ano pela reitora nomeada.

"A curandeira" é encenada no TUCA

Organizada pelos programas de pós graduação em Serviço Social e Ciências Sociais, a peça "A Curandeira" foi realizado na segunda-feira, 27/5, no TUCA. Ela retrata um drama popular permeado pelo humor de D. Maria Veneranda, que contracenava com uma pedra e conversa, além do público, com um alecrim. O espetáculo dura o tempo da feitura do remédio para um homem e para uma

mulher presentes na platéia. No decorrer da ação, a personagem compartilha suas histórias e lembranças chegando mesmo à recordação de algo que por muito tempo manteve à sombra do esquecimento. A curandeira ouve a Terra gemer e então se põe a caminhar em busca do remédio para a humanidade. Dor, revolta, tristeza e alegria são alguns dos aspectos vividos pela personagem diante da platéia.

Marcha das Vadias leva 1,5 mil às ruas



JULIANA ABRAMIDES

Com o tema "Quebre o silêncio", a terceira edição da Marcha das Vadias de São Paulo aconteceu no sábado, 25/5. Com concentração na Praça do Ciclista, na avenida Paulista, mais de mil e quinhentas pessoas estiveram presentes gritando palavras de ordem contra o machismo, o racismo e a homofobia, além de pedir pela legalização e descriminalização do aborto. Este ano, a organização incentivou

que os casos de agressões e abusos fossem denunciados para a polícia, trazendo, além de cartazes, cartões de visita personalizados com todos os telefones e endereços necessários à denúncia da violência contra mulher, como da Delegacia da Mulher. Os manifestantes saíram em marcha pela rua Augusta, onde continuaram agitando o movimento com bateria e mais palavras de ordem.